

COMPETÊNCIA(S): A CONSTRUÇÃO E A DISPUTA DE UM CONCEITO

Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa.

Tradução Patrícia Chittoni Ramos e equipe do ILA-PUC/RS,
sob a supervisão de Julieta B.R. Desaulniers. Campinas, Papirus, 1997,
org. de Françoise Ropé e Lucie Tanguy.

Por Gisela Lobo B. P. Tartuce*

O debate sobre a relação entre educação e trabalho não é novo, mas tem sido intensificado nos dias atuais em virtude das transformações do capital e da tecnologia que vêm atingindo o mundo do trabalho, seus trabalhadores e aqueles por ele excluídos. A reestruturação produtiva iniciada nas últimas décadas em vários países para fazer face à crise do capital dos anos 70, apoiada sobre uma produção enxuta, integrada e flexível, tem exigido novos perfis profissionais e imposto novos padrões de conhecimento e qualificação como condição para o aumento da produtividade e da competitividade. Ainda que a integração e a flexibilização não atinjam todos os trabalhadores da mesma maneira, a enorme ên-

fase dada aos recursos humanos como “peças-chave” para o crescimento econômico faz com que haja uma transformação não só do conteúdo da qualificação como, também, do seu próprio conceito. Dada essa mudança na qualificação profissional, novas questões se colocam à educação, novas demandas são feitas às escolas, às escolas técnicas e às agências de formação profissional, e novas proposições são elaboradas para supri-las, o que evidencia uma progressiva aproximação da escola com o mundo das empresas. É sob esse pano de fundo que se situam as análises elaboradas no livro *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa.*

Organizado por Françoise Ropé e Lucie Tanguy, o livro é uma coletânea de cinco textos de autoras francesas e belgas das áreas de sociologia da educação e do trabalho e resultou de uma

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP e Assistente de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.




pesquisa elaborada para o Ministério da Educação Nacional da França (Direção das Escolas Secundárias), durante os anos 1992-1993.

No atual contexto da chamada “globalização”, onde diversos termos — tais como “reestruturação produtiva”, “flexibilidade”, “polivalência”, “empregabilidade”, para citar apenas alguns — são naturalizados e alastram-se sem que se saiba exatamente os seus significados, o livro *Saberes e competências* procura refletir precisamente sobre a difusão do termo “competência(s)”, que tem sido, ele também, globalizado para os mais diversos contextos sociais a partir das transformações acima referidas. Mais especificamente, os artigos buscam analisar a penetração e proliferação da noção de “competência(s)” nas esferas educativas e do trabalho. Com base na análise de mudanças concretas ocorridas nessas áreas, na França, os textos desta coletânea buscam refletir sobre como a construção de um conceito pelas práticas social e científica designa uma metamorfose social: “essa intensa e rápida penetração de noções nos usos sociais da língua expressa e oculta, ao mesmo tempo, mudanças nas práticas sociais” (p.17). Mais ainda, ao tomar a noção de competência como uma testemunho de nossa época, o livro não só analisa esse fenômeno de difusão como, também, centraliza seu enfoque sobre o próprio aspecto conceitual do termo, a fim de problematizá-lo e questioná-lo: “tentaremos aqui questionar a noção atual de competências em seus usos sociais e científicos. (...) Porém, os usos que são feitos da noção de competência não permitem uma definição conclusiva. Ela se apresenta, de fato, como uma

dessas noções cruzadas, cuja opacidade semântica favorece seu uso inflacionado em lugares diferentes por agentes com interesses diversos. O caráter polímorfo dessa noção é o ponto essencial de nossa investigação; é necessário reconhecer que a plasticidade desse termo é um elemento da força social que reveste e das idéias que veicula” (p.16).

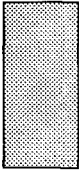
No primeiro texto, “Racionalização pedagógica e legitimidade política”, Lucie Tanguy analisa o contexto político e social no qual a reforma do sistema educativo é implementada na França: no decorrer dos anos 80, com a chegada do partido socialista ao poder, o Ministério da Educação Nacional mobiliza atores envolvidos e cria novas instâncias de decisão que “vão modificar gradualmente as relações de poder nas quais se efetuava até então a definição dos conteúdos de ensino” (p.32). Para visualizar essa transformação, cujo fundamento repousa na idéia de racionalização, a autora faz uma análise da Carta de Programas, considerando-a como a institucionalização de uma mudança de modelo pedagógico: centrada em torno de um certo conjunto de noções-chave, como competências, saber, *savoir-faire*, objetivos, projeto, avaliação e contrato, esta Carta “organiza e legitima a passagem de um ensino centrado nos saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas e que visa essa produção” (pp.36-7). Paralelamente a essa mudança na perspectiva pedagógica, desenvolve-se um novo tipo de prática de avaliação no sistema educativo, que procura avaliar os indivíduos da mesma maneira — na



medida em que suas qualidades próprias são avaliadas pelas mesmas regras, técnicas aparentemente neutras e válidas – e, ao mesmo tempo, busca fazer com que eles mesmos se auto-avaliem. Mediante a análise desses procedimentos, métodos, técnicas e medidas de avaliação, Tanguy afirma que “as duas exigências que estão na base do contrato reivindicado em toda parte, na instituição escolar e no mercado de trabalho — avaliar e se auto-avaliar —, testemunham um conjunto de mudanças transversais na sociedade, entre as quais a busca crescente de eficácia e de participação individual. Por ter tido de responder mais cedo a esse tipo de pressões, principalmente àquelas de eficácia, o ensino técnico pôde inspirar o movimento de transformações em curso” (p.44). Assim, percebe-se que essa pedagogia formulada sobre objetivos, estabelecidos em termos de competências a adquirir, embora tenha métodos e procedimentos aplicáveis a todos os níveis de ensino, materializa-se primeiro e mais fortemente nos ensinamentos técnico e profissionalizante. Finalmente, a autora conclui que “a noção de competências (e também aquelas que lhe estão associadas) tende a dar importância às diferenças e particularidades individuais, a sua demonstração, a seu caráter distintivo mais do que ao princípio de igualdade que, sem ser reconsiderado, já não é a referência primeira que dá sentido ao resto” (p.55).

No artigo “Dos saberes às competências? O caso do francês”, Françoise Ropé dedica-se a mostrar como a noção de competência penetra no ensino do “francês” das escolas de primeiro e segundo graus basicamente por meio da avalia-

ção. Ressaltando que não se trata de um estudo sobre os efeitos dessa noção nas práticas cotidianas da escola, Ropé centraliza sua análise na gênese da noção e na construção de modelos avaliativos. As avaliações, “apresentadas como ‘científicas’ porque padronizadas, processadas por computador e possibilitadoras de classificações ‘objetivas’ (...), ocultam o fato de que as noções de competências e capacidades revestem implicitamente significações diferentes para os criadores da avaliação e nos próprios exercícios” (p.21). Essas incoerências e contradições podem ser compreendidas mediante a exposição sobre as três correntes intelectuais que embasam os argumentos dos inovadores — a corrente psicopedagógica, a lingüística e a psicolingüística —, quando se explicita o caráter ambíguo e fluido da noção de competência, que difere em cada uma dessas acepções; ao mesmo tempo, porém, essas “diversas filiações que geram essas noções apresentam pontos em comum, dentre os quais um é mais importante: a valorização da racionalização e da individualização” (p.97). Estes dois aspectos estão, de fato, embutidos nas premissas da avaliação nacional das escolas secundárias: nela, estabelece-se uma lista de capacidades traduzidas em competências que, por sua vez, são subdivididas em termos de objetivos que possibilitam uma avaliação centrada na forma de tarefas: “as competências disciplinares devem ser definidas com referência às situações que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar (exemplo: escrever uma carta, resumir uma narrativa) e, partindo daí, decidir que noções devem ser conhecidas e que procedimentos devem ser domi-

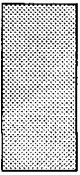


nados. Não se trata de partir de um corpo de conhecimentos disciplinares existentes (...), mas de partir de situações e apelar às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações” (p.99). Por meio da análise das provas de avaliação, a autora revela, portanto, o debate e a tensão entre saberes e competências, expressos pela resistência dos professores e das comunidades pedagógicas: para eles, “é muito difícil admitir, sobretudo no cotidiano da sala de aula, que o pensamento humano – no caso, o dos alunos do ensino secundário – é redutível ao observável e ao mensurável” (p.100).

O texto de Viviane Isambert-Jamati, “O apelo à noção de competência na revista *L’Orientation Scolaire et Professionnelle* – da sua criação aos dias de hoje”, busca analisar a evolução do uso da noção de competência(s) mediante o estudo desta revista científica, que é dirigida a informar os conselheiros de orientação escolar e profissional. Tendo seus artigos escritos por psicólogos e cientistas sociais, *L’Orientation Scolaire et Professionnelle* situa-se no entrelaçamento das áreas da educação e do trabalho, o que permite à autora refletir sobre como a noção penetra (diferentemente ou não) nessas duas esferas. Para tanto, Isambert-Jamati faz um duplo recorte comparativo: em primeiro lugar, analisa a variação do emprego da noção de competência entre os primeiros anos de sua existência e o período atual; ao mesmo tempo, compara a frequência e o sentido do uso da noção entre os diversos especialistas, psicólogos, de um lado, e cientistas sociais, de outro. A autora conclui que há uma grande variação no emprego da noção quando se compara os

dois períodos: de 1972 a 1975, o recurso a esse termo é raro e, quando existe, os autores que o utilizam manifestam desacordo sobre seu significado, podendo-se dizer que seu emprego deriva do “senso comum”; de 1990 a 1993, o uso do vocábulo aumenta consideravelmente, mas ele continua fluido e polissêmico, sem uma definição precisa. Comparando-se os psicólogos e os cientistas sociais neste último período, percebe-se um aumento significativo da utilização da noção entre esses últimos. Qualitativamente, se se pode dizer que em cada um dos grupos há uma certa semelhança quanto ao uso do termo para caracterizar as capacidades diferenciais dos indivíduos no desempenho de uma tarefa, a autora denuncia a falta de um valor informativo e a diversidade de significações quando de sua utilização: ora apresentado como equivalente de qualificação, ora como sinônimo de aptidões ou de habilidades ou de capacidades, “o termo competências servia também em todos os tipos de caso, sem possuir conteúdo nacional próprio” (p.132). De qualquer forma, em ambos os casos, o que mais preocupa a autora é a banalização dessa categoria, pois, “mais uma vez, parece que se apelou para esse termo sob o único efeito de sua cota atual: está à disposição daquele que trata das questões de capacidade para realizar esta ou aquela tarefa, sem que tenha necessidade de defini-lo. Para nós, leitores críticos, tem o grave defeito de dar às afirmações uma aparência científica” (p.132).

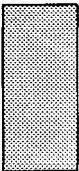
No seu artigo “A visibilidade das competências”, Marcelle Stroobants, está preocupada em entender como a noção de competência penetrara na sociologia do trabalho no início dos anos



80, quando a tese da desqualificação preva-
lente na década anterior é descartada e substituída por
um novo perfil de trabalhador, em cuja atividade
demonstra-se e manifesta-se todo o tipo de conhe-
cimento. Para a construção desse novo quadro,
“os termos ‘saber’ e ‘competência’ se impõem,
com um vocabulário técnico renovado” (p.136),
substituindo o termo qualificação. A sociologia
do trabalho, que até então privilegiara o reconhe-
cimento das qualificações no mercado de trabalho
(através das grades de classificação), vê-se então
entusiasmada pelos aspectos cognitivos da tarefa:
“a fórmula frequente – ‘competências mobi-
lizadas’ – exprime um apelo generalizado (literal-
mente, um apelo à mobilidade) sem definir se se
trata de capacidades adquiridas ou requeridas. E
essa ‘mobilização’ elimina de uma única vez o
mercado de trabalho e toda problemática da quali-
ficação” (p.141). Indagando-se sobre os funda-
mentos e alcance dessa reviravolta e sobre a con-
tribuição que esse novo vocabulário pode(ria) dar
à sociologia do trabalho, a autora afirma, já no
início do texto, que “essas noções não respondem
a uma elaboração interna da sociologia do traba-
lho, tampouco a suscitam. A origem de seu suce-
so deve ser buscada nas ciências da cognição”
(p.136). A influência dos conceitos cognitivistas
na sociologia do trabalho pode ser visualizada nas
próprias referências bibliográficas dos sociólogos,
o que anuncia sua aproximação com os agentes
que estão implicados na elaboração e na propa-
gação daqueles conceitos. Da mesma forma que
F. Ropé, Stroobants propõe-se a discutir, então, o
estatuto dessas noções, buscando sua gênese e sig-
nificação atual em relação àquelas que desig-

navam anteriormente as aquisições escolares.
Assim procedendo, Stroobants inverte o caminho
desses sociólogos do trabalho: “em vez de adotar
as categorias de saberes e de competências como
fatores explicativos, é necessário tomá-las como
objetos a explicar” (p.23).

Assinando o último artigo, “Competên-
cias e integração social na empresa”, Lucie Tan-
guy procura refletir novamente sobre a simili-
tude de certas mudanças em andamento nas
esferas da educação e do trabalho, agora cen-
trando sua análise sobre esta última, problemati-
zando a proliferação do termo competências nos
discursos e nas práticas das empresas. Com base
na análise de um caso singular, o Acordo A CAP
2000 (acordo entre Estado, empresas, sindicatos
que instaura uma nova codificação do trabalho),
e os dispositivos técnicos que o acompanham, a
autora – que ressalta o caráter exploratório do
estudo, não pretendendo que ele possibilite
proposições gerais para o restante das empresas,
na França – analisa o estabelecimento de novas
configurações na esfera do trabalho, baseadas na
centralidade das competências. O princípio
dessa “lógica das competências” é a interde-
pendência entre competências dos assalariados e
organização do trabalho, ou seja, é a relação
recíproca entre uma “formação qualificante” e
uma “organização valorizante”, que modifica
não apenas as condições de determinação da
classificação e da carreira dos indivíduos como,
também, institui uma redistribuição dos papéis
na avaliação dos indivíduos, estabelecendo no-
vas relações de poder no seio da empresa. Como
diz Tanguy, “uma abordagem pelas competên-



cias pretende liberar a classificação e a progressão dos indivíduos da classificação dos postos de trabalho. Então, os métodos de avaliação estabelecidos devem ser corrigidos para se aplicar a propriedades difíceis de objetivar e, mais ainda, de medir” (p.180). Tanguy nos mostra então essa difícil operacionalização do conceito – que permanece, ele também, vago e indeterminado – por meio de uma indagação: “a decomposição do ‘saber-ser’ em comportamentos ordenados e indexados é ainda mais embaraçosa: *a criatividade se deixa medir em termos de capacidades que possam ser ordenadas em uma escala?*” (p.181, grifos meus). Na verdade, a ênfase desse modelo recai, assim como na Carta de Programas, sobre os atributos individuais, que só podem ser verificados e avaliados em situações e tarefas específicas: “uma gestão fundada nas competências encerra a idéia de que um assalariado deve se submeter a uma validação permanente e dar constantemente provas de sua ‘adequação ao posto’, de seu direito a uma promoção ou a uma mobilidade promocional” (p.184). Em outros termos, “tudo se passa como se a competência, conjunto de propriedades instáveis que devem constantemente ser submetidas à prova, opusesse-se à qualificação avaliada, em grande parte no último período, pelo diploma, título adquirido de uma vez por todas” (p.193). No final do artigo, a autora faz uma análise sobre os desdobramentos sociais da adoção dessa “lógica de competências”, perguntando-se se a individualização implícita nesse modelo poderia ou não ser sinônimo de uma ordem social mais justa.

Na conclusão, F. Ropé e L. Tanguy constatam que “um consenso implícito autoriza o uso que se faz dessa noção (competência) aqui e ali, a saber, uma centralização sobre os indivíduos e sua necessária mobilidade e adaptabilidade”, o que é expresso na individualização da formação e da avaliação na esfera educativa e na individualização dos salários no campo do trabalho. As autoras discutem então por que “essa ‘individualização’ não é isenta de paradoxos” (p.202).

Hoje, qualquer um que se inicie ou que já esteja penetrado nos estudos sobre a educação e/ou o trabalho vê-se sob uma profusão enorme de “novas” palavras que, apesar de serem muito usadas – ou talvez por isso –, permanecem destituídas de significação, correndo o risco de tornarem-se categorias em vias de banalização. Nesse sentido, o livro *Saberes e competências* ajuda a preencher essa lacuna ao propiciar a reflexão sobre uma dessas noções hoje tão disseminada e proferida não apenas por acadêmicos como, também, por setores governamentais, empresariais e pelas instituições sociais em geral. Ainda que se refira ao contexto francês, o que dificulta um pouco a leitura (há siglas, acordos e reformas por nós desconhecidos e algumas vezes dados como implícitos pelas autoras), o texto é fundamental para situar aqueles envolvidos nas referidas áreas no debate atual em torno da disputa de diversos conceitos: “saber(es) X competência(s)” no âmbito educativo e “qualificação(ões) X competência(s)” na esfera do trabalho. Dessa maneira, é um livro que deve ser lido justamente em um momento no qual até as palavras têm sido globalizadas, indicando similitudes nas mudanças sociais. ■